



CONFERÊNCIA TERRITORIAL PAMPA

30/10/25 - Bagé, RS

Moções apresentadas pelo Comitê dos Povos e Comunidades Tradicionais do Pampa

- 1. MOÇÃO DE APELO – para a criação de zonas de exclusão de pulverização de agrotóxicos em territórios onde vivem povos e comunidades tradicionais e a regularização dessas áreas, conforme Constituição Federal de 1988, Decreto 6040/2007 e Convenção 169 da OIT, articuladas com as condições para promoção do autocadastramento de povos e comunidades tradicionais na Plataforma Territórios Tradicionais, iniciativa vinculada ao MPF.**

O Comitê dos Povos e Comunidades Tradicionais do Pampa revisitou um grande e criterioso conjunto de entrevistas e depoimentos sobre o impacto dos agrotóxicos, junto a centenas de representantes de povos e comunidades tradicionais, a partir de suas próprias realidades, contextos e vivências, em cerca de 40 municípios do bioma Pampa, coletadas e divulgadas ao longo de 10 anos, por meio de diversos materiais que produziu ou participou ao longo deste período. Esta sistematização deu origem ao **Mini-Dossiê: O impacto dos agrotóxicos nos territórios tradicionais do Pampa – Relatos colhidos ao longo da trajetória dos 10 anos do Comitê**, disponível no link abaixo, e entregue para representantes do Ministério Público do Trabalho (MPT), do Ministério Público do Estado do RS (MPRS), do (MPF/RS), em audiência pública no dia 06/10/25, em Bagé, promovida pelo Fórum Gaúcho de Combate aos Impactos dos Agrotóxicos. Na audiência foi apresentada a proposta de criação de zonas de exclusão de pulverização de agrotóxicos em territórios onde vivem povos e comunidades tradicionais e a regularização dessas áreas, conforme garantias legais previstas na Constituição Federal de 1988, no Decreto 6040/2007 e na Convenção 169 da OIT. Sobre a Plataforma Territórios Tradicionais, o Comitê vem se capacitando e dialogando com MPF. Segue link para mais informações.

<https://comitepampa.com.br/noticias/2025/basta-de-racismo-e-contaminacao-queremos-nossos-territorios-como-zonas-livres-de-veneno/>

<https://territoriostradicionais.mpf.mp.br/#/>

2. MOÇÃO DE APELO – para a implementação, a partir de uma articulação interministerial, das ações referentes à Povos e Comunidades Tradicionais, previstas no Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento e Queimadas do Pampa – PPPampa, no Plano Nacional da Sociobioeconomia, e em demais Planos Governamentais que preveem ações junto a estes públicos.

O Comitê dos Povos e Comunidades Tradicionais do Pampa, em conjunto com sua organização de apoio e assessoria, a Fundação Luterana de Diaconia (FLD), elaborou o documento intitulado *“Contribuições para o Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário e para o potencial de articulação entre a Política Territorial do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e as Políticas Socioambientais do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA) e do Governo Federal”* com reflexões e sugestões, visando contribuir com a Política Territorial, e encaminhou para estes Ministérios e para a Superintendência do MDA no RS. O documento aponta para a necessidade de integrar o debate sobre o Desenvolvimento Territorial com Planos recentemente construídos, como o [Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento e Queimadas do Pampa – PPPampa](#) e o [Plano Nacional da Sociobioeconomia](#), que preveem ações junto a Povos e Comunidades Tradicionais, que devem ser articuladas entre diversos Ministérios, inclusive pelo MDA. As políticas promovidas pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) são direcionadas para o público da agricultura familiar, de assentamentos da reforma agrária e para alguns segmentos de Povos e Comunidades Tradicionais. As políticas para Povos e Comunidades Tradicionais, entretanto, não estão alocadas em nenhum Ministério específico, mas perpassam o MDA, o MMA, o MDS, o MPI, o MPA, o MIR, o MAPA, o MEC, o MINC, o MJ, dentre outros. É fundamental que os Ministérios estabeleçam diálogos considerando a interface e a complementariedade das políticas sociais, culturais, econômicas, ambientais e climáticas, direcionadas para povos e comunidades tradicionais, e de forma especial, entre o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e o Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA) e sua Secretaria Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais e Desenvolvimento Rural Sustentável (SNPCT), buscando sinergia de estratégias e ações. Entre os dias 7 e 9/07/25 integrantes do Comitê dos Povos e Comunidades Tradicionais do Pampa acompanharam a agenda de reuniões do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) no Território Pampa, onde abordaram a necessidade de implementar as ações previstas nestes Planos, a partir de uma articulação interministerial.

<https://comitepampa.com.br/noticias/2025/por-uma-politica-de-desenvolvimento-territorial-interministerial-em-um-territorio-sociobiodiverso/>

- 3. MOÇÃO DE APELO – para que o MDA, em diálogo com outros Ministérios, promova as condições para a elaboração de Protocolos autônomos de Consulta Prévia, Livre e Informada (CPLI) conforme os princípios estabelecidos pela Convenção 169 da OIT junto a todos os segmentos identitários de povos e comunidades tradicionais, conforme Meta 9.1.2.1 da Linha de Ação 9.1.2 do Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento e Queimadas do Pampa – PPPampa.**

Há experiências recentes promovidas por outros Ministérios, a exemplo do Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA), que resultou no [Protocolo de Consulta das Comunidades Tradicionais Pesqueiras da Lagoa dos Patos](https://comitepampa.com.br/noticias/2025/protocolo-de-consulta-das-comunidades-tradicionais-pesqueiras-da-lagoa-dos-patos-e-apresentado-no-cedh-rs/), importante instrumento de defesa socioambiental, além de resultar no fortalecimento das comunidades tradicionais. É fundamental e urgente que o MDA promova tais ações junto aos povos e comunidades tradicionais do Pampa.

<https://comitepampa.com.br/noticias/2025/protocolo-de-consulta-das-comunidades-tradicionais-pesqueiras-da-lagoa-dos-patos-e-apresentado-no-cedh-rs/>

- 4. MOÇÃO DE APELO – para que o MDA, em diálogo com outros Ministérios e Universidades, emita (emitam) Nota(s) Técnica(s) reconhecendo a Pecuária Familiar Tradicional do Pampa enquanto identidade sociocultural.**

No bioma Pampa, além da presença reconhecida de povos indígenas, povo de terreiro/povos tradicionais de matriz africana, quilombolas, povo cigano, povo pomerano, pescadoras e pescadores artesanais e benzedeiros e benzedoras, existe a identidade sociocultural de pecuaristas familiares tradicionais do Pampa, que em nada tem a ver com a pecuária de grandes estâncias no Pampa, nem tampouco com a pecuária intensiva e associada ao agronegócio, que causa imensa devastação e violação de direitos em outros biomas brasileiros. São estes Povos e Comunidades Tradicionais – incluindo pecuaristas familiares tradicionais do Pampa, que historicamente conservaram as paisagens do bioma Pampa e desta região, reconhecida hoje como Território Pampa pelo MDA e Governo Federal.

- 5. MOÇÃO DE APELO – para que o MDA, em diálogo com outros Ministérios, promova as condições para que os diferentes segmentos de povos e comunidades tradicionais presentes no "Território de Desenvolvimento Sustentável Pampa"- incluindo o segmento da Pecuária Familiar Tradicional do Pampa - possam elaborar seus Planos de Gestão Territorial e Ambiental (PGTA), conforme Meta 10.2.2.2 da Linha de Ação 10.2.2 do Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento e Queimadas do Pampa – PPPampa.**

Assim como povos indígenas e quilombolas possuem políticas para implantação dos Planos de Gestão Territorial (PNGTAI e PNGTAQ), é importante que esta política avance em direção às demandas de outros povos e comunidades tradicionais que precisam defender seus territórios e a biodiversidade dos biomas.

- 6. MOÇÃO DE APELO – para que o MDA e o INCRA respeitem a Consulta Prévia, Livre e Informada (CPLI) na sua atuação direta e indireta, e contrate, de forma permanente, agentes territoriais quilombolas, a fim de manter os cadastros atualizados e evitar que dados sensíveis, referentes às comunidades, sejam acessados por Universidades, órgãos de pesquisa, dentre outros atores externos ao segmento identitário.**

Há experiências recentes promovidas pelo MDA e pelo INCRA que são positivas, como a contratação de agentes territoriais quilombolas, e experiências que precisam ser avaliadas à luz dos direitos de povos e comunidades tradicionais, a exemplo da atuação junto a Universidades para diagnósticos. Avaliar e ajustar tais políticas e iniciativas, juntamente com o público envolvido, é extremamente necessário.

- 7. MOÇÃO DE APELO – para que o MDA, em diálogo com outros Ministérios, e com todos os segmentos de povos e comunidades tradicionais do Pampa, promova as condições para a consolidação de um Centro de Formação Popular, Autônomo e Autogestionado, no bioma Pampa, voltado à formação em direitos étnicos e coletivos, com espaço físico adequado e dotado de alojamentos, salas de aula e auditório.**

O Comitê dos Povos e Comunidades Tradicionais do Pampa, em conjunto com Associações Quilombolas e diversas outras organizações, promoveu, durante sete meses, no período entre outubro de 2024 e abril de 2025, o Curso de Formação de Operadoras e Operadores de Direitos Étnicos e Coletivos. Onde participaram cerca de 50 lideranças, de 25 comunidades do bioma Pampa. A experiência demonstrou a importância dos processos de formação como este e a necessidade de um espaço próprio para atividades de formação contínua e que atendam as demandas de povos e comunidades tradicionais da pampa.

<https://comitepampa.com.br/noticias/2025/comunidade-kilombola-ibicui-da-armada-sedia-encontro-de-formacao-em-direitos-promovido-pelo-comite-dos-povos-e-comunidades-tradicionais-do-pampa/>

PELA DEFESA DA PAMPA, SEU POVO SE LEVANTA!